

A CRISE DO CONCEITO DE EPISTEME

Damião Bezerra OLIVEIRA
(Prof. de Filosofia da Educação do CUBT/UFPA).

Resumo: O artigo irá mapear algumas características do conceito de episteme, base da compreensão de ciência ocidental, assim como destacará elementos importantes que revelam a longa crise desse mesmo conceito que ainda persiste na atualidade, suscitando uma série de indagações diante das incertezas e indeterminações presentes sobre o que pode ser considerado científico.

O Conceito de Episteme

O termo *Ciência* deriva do grego *Episteme*, através da versão latina *Scientia*. Possui tradução em importantes línguas modernas, como o inglês (*Science*), francês (*Science*), alemão (*Wissenschaft*) e o italiano (*Scienza*)¹.

Quando os antigos falavam de *episteme* e *scientia*, tinham em mente uma espécie muito especial de conhecimento, que deveria ser marcada por critérios rigorosos, garantidores de validade. Tratava-se de um tipo de saber ao qual era contraposta, a mera e frágil *doxa* do homem comum.

O tipo de garantia de validade contida no conceito acima não podia ser relativa, pois se assim fosse, o conhecimento estaria sempre a depender de algo anterior a ele, seu fundamento primeiro. Ora, como seria logicamente admissível possuir a completa garantia de algo, sem antes encontrar o seu fundamento primeiro? Caso se partisse de qualquer ponto que não o fundante para outro da mesma natureza derivada, cair-se-ia *ad infinitum* numa eterna deriva, na qual jamais se atingiria um porto seguro, o único a merecer a denominação de *episteme*.

Dois termos são centrais para a compreensão do conceito de saber epistêmico, quais sejam: validade e demonstração. Essas se

¹ Cf. ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

complementam, são faces de uma mesma questão extremamente difícil de resolver. Tentemos, pois, esclarecê-la.

Quando se afirma que um conhecimento é válido, é preciso deslindar a extensão dessa validade. Para quem é válido? E também: Como se pode saber com segurança que tal validade sustenta-se?

Os antigos defensores da *episteme* diziam que ou o conhecimento possui validade para todos os seres inteligentes; homens, deuses e anjos, etc., ou não poderá reivindicar um *status* maior do que o de ser uma simples opinião.

Assim, o saber teria que ser *Universal*, isto é, a extensão de sua validade não se limitaria a qualquer temporalidade. Não importa quando viveram ou quando viverão os entes cognoscentes, é preciso que um conhecimento enquanto epistêmico possa ser compreendido e conseqüentemente levar os seus enunciados à aceitação por todos. Igualmente um tal conhecimento não se limitaria aos espaços ou circunstâncias: em qualquer que seja o lugar que vivam os entes cognoscentes e não importa em que circunstância, os enunciados verdadeiros deveriam ser reconhecidos.

Não se legitimaria qualquer interferência na constituição de enunciados verdadeiros, de acidentes, como: a origem racial, étnica, o tipo de opção sexual, o fato de ser biologicamente homem ou mulher, ou pertença a determinado grupo ou classe social.

Episteme é, pois, unicamente o conhecimento que é *Universal*. Além disso, um tal saber precisa de uma outra marca indispensável: a *necessidade*. Uma vez estabelecido, não poderia deixar lugar para que qualquer conjunto de enunciados alternativos aparecesse como possível, em qualquer tempo ou espaço pensável. A *episteme* fala daquilo que é *assim mesmo*, por não poder ser diferente.

Tudo isso pode ser resumido com a idéia de que a *episteme* é um tipo de conhecimento universal e necessário, isto é, uma forma de saber cuja validade não varia nem com as mudanças do espaço, nem do tempo ou com as variações que o mundo social, cultural e psicológico sofre.

Essas são as condições que precisam ser preenchidas para que se possa falar, a rigor, da existência de um saber. No entanto, não seria suficiente apenas postular tais condições, mas antes é dever de quem

se pretende sábio ou *aristista* mostrar que realmente aquilo que afirma merece o crédito de todos. De modo que mais uma exigência se apresenta para que se fale de conhecimento epistêmico, qual seja, a da *demonstrabilidade*.

Desse modo, o saber epistêmico é aquele que consegue demonstrar a sua universalidade e necessidade. Qualquer saber que não possa ser demonstrado será enquadrado na condição de *opinião*.

O que é demonstrar? Pode-se dizer que é um procedimento racional diante do qual qualquer ente dotado de razão será constrangido a anuir ao que está sendo afirmado ou negado como verdade. É o tipo de argumento para o qual inexistem contra-argumentação razoável, e a insistência em resistir a ela, só levaria o contraditor a absurdos e paradoxos dignos de riso e escárnio.

Demonstrar é deixar os adversários de uma idéia sem qualquer outra saída da perspectiva racional. Frente a uma demonstração, só restaria aos caprichosamente contrários à verdade apresentada, os paradoxos e absurdos metafóricos, as figuras de linguagem, que podem despertar paixões irracionais, mas nunca se constituírem em uma contra-argumentação válida.

A alteridade da *epistêmê* é o mito, a poesia, a opinião comum cotidiana circulante de quem afirma ou nega tão somente por *ouvir dizer*. Num tal domínio *epiurativo* o que conta é a argumentação sofisticada que explora as diversificadas paixões² para criar uma comoção psicológica que leva a determinadas ações no campo da vida produtiva e prática.

Aristóteles³ criou todo um instrumental lógico-linguístico e o colocou a serviço da demonstração da verdade, pois achava que a linguagem enquanto representação possível, mas não necessária do pensamento, ofereceria aos que jogam com as emoções e paixões de um auditório, a possibilidade de apresentar como *verdade demonstrada* enunciados que são portadores de um forte apelo psicológico para a anuência, em virtude de certos interesses eventuais, particulares e irracionais.

² Cf. ARISTÓTELES. *Ética da Jóia*. São Paulo: Martin Fontes, 2000.

³ Cf. ARISTÓTELES. *Críticas*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

Desse modo, seria possível falsa e ilusoriamente tornar epistêmico o que é apenas eventual e particular. No entanto, aceita-se o saber opinativo como legítimo, apenas em relação àqueles objetos que não permitem o estabelecimento de rigorosas, sistemáticas e necessárias relações de causa e efeito. Ainda assim, não se admite que se tome como aceitáveis enunciados que contradigam nesse domínio, princípios e verdades demonstradas.

Assim, todo conhecimento opinativo que se refere aos acidentes, precisa está subordinado à *episteme*, entendida enquanto conhecimento da essência necessária ou substância, que ocupa posição privilegiada na hierarquia e classificação dos conhecimentos.

Nota-se que as outras formas de conhecimento não são negadas, mas relativizadas e postas, por isso, numa relação de subordinação. As opiniões não se sustentam por si mesmas e possuem um alcance apenas prático e produtivo, mas não propriamente teórico⁴.

Como é preciso tomar as decisões na cidade para que ela continue a existir, como é preciso garantir a sobrevivida, então é preciso aceitar certas opiniões comuns. Aceita-se com um certo dogmatismo pragmático, o conhecimento técnico e mesmo prático nesses domínios de existência.

Pode-se dizer, pois, que a idéia de ciência como *episteme* possui uma grande vitalidade dentro da história do pensamento, na medida em que atravessou a Idade Média e alcançou até mesmo os tempos modernos, ainda que venha sofrendo modificações advindas das especificidades históricas.

Acrescente-se ainda ao já posto, que a idéia de *demonstrabilidade* e *dedutibilidade* da *episteme*, encontra-se na base do importante modelo de ciência como conhecimento rigoroso, consubstanciado de modo claro, nos *Elementos de Euclides*, e alcançará a modernidade, na medida em que vários pensadores dessa época irão eleger a Aritmética e a Geometria enquanto modelo de cientificidade.

⁴ Cf. KONDEB, Leandro. *O Futuro da Filosofia da Política: O pensamento de Marx no Século XXI*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 97-128, onde o autor estabelece uma discussão histórica e contextual a respeito da construção e desenvolvimentos do sentido de teórico, produtivo e prático.

A Crise do Conceito

Embora a Filosofia tenha passado à história como *amor e busca da sabedoria*, do saber⁵, ele acabará por desenvolver em alguns filósofos o desejo de posse do absoluto, do fundamento, de atingimento da ciência como sistema perfeito, irretocável e completo. Tal pretensão epistêmica semelhante irá alimentar de modo emblemático, o fazer de um filósofo como Hegel quando afirma na sua *Fenomenologia do Espírito*⁶ ter como objetivo em relação à Filosofia, romper com o seu sentido etimológico de “amor à sabedoria”, para finalmente adquirir o sentido de um saber completo e revelador da verdade como totalidade e dessa, por sua vez, como verdade.

A ciência moderna irá provocar importantes variações no sentido do que se pode chamar *episteme*. O elemento contemplativo e desinteressado contidos na compreensão do conceito, irá ceder lugar a uma postura mais pragmática e experimentalista, presente tanto num racionalista como Descartes⁷ quando num empirista como Francis Bacon⁸.

Continua-se a acreditar que para se ter um conhecimento realmente merecedor desse nome, fazia-se necessário apontar um fundamento garantidor, fosse esse encontrável na razão ou na intuição sensível.

A matemática mantém, da perspectiva fundamentadora, o seu *status* de modelo privilegiado de rigor e clareza do conhecimento sistemático, em consonância com o clássico paradigma euclidiano. Aposta-se em algo de axiomático e primeiro que serviria de ponto de partida seguro⁹ e garantia de todos os enunciados científicos.

⁵ Cf. VERNANT, Jean-Pierre. *Os Origens do Pensamento Grego*. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989, p. 54-57.

⁶ HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do Espírito*. 3ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 21-62.

⁷ Cf. DESCARTES, René. *Discurso do Método Meditações*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

⁸ Cf. BACON, Francis. *Novum Organum*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

⁹ Cf. ALBERT Hahn. *Tratado de Razão Crítica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976. Nessa obra o autor recrimina a busca de fundamentos seguros pelo dogmatismo nela contida, bem como pelas dilemas que suscita. Fala do trilema de Münchhausen em que se enredam os que querem apontar um fundamento: ou caem num regresso infinito, ou num círculo lógico ou resolvem de modo arbitrário interromper o procedimento de fundamentação em um ponto que apenas se toma como primário.

A crise do conceito de *episteme*, instalar-se-á com o enfraquecimento da confiança nesses pressupostos paradigmáticos consagrados por uma longa tradição, especialmente moderna.

A Matemática e a Física, irão perder a condição de modelos definitivos de saber acabados, quando do surgimento de Geometrias não-euclidianas e de físicas não-newtonianas que começarão a abalar os pilares da certeza¹⁰, sintetizados em quatro princípios: da ordem, da separação, da redução e da absolutidade da lógica dedutiva-identitária.

Haverá, portanto, revisões importantes no conceito de ciência, de método, causalidade, relação sujeito/objeto e verdade. Já não se admitirá a idéia de *episteme*, de que haja algum tipo de conhecimento enquanto um sistema de enunciados demonstrados, verificados e, portanto, imune às suspeitas. A Ciência passa a ser compreendida a partir da sua história, portanto, a partir da sucessão temporal.

Os enunciados, de não importa que áreas do conhecimento, passam a depender de determinados referenciais, e a anuência a determinados saberes não se efetua em função de uma força constrangedora irresistível, mas passa a depender de uma certa *derisão*, onde a vontade não possui mais as garantias de uma racionalidade fundada em uma evidência primeira.

Toda uma epistemologia contemporânea buscará recuperar o sentido do saber enquanto uma espécie de *amor à sabedoria*, na medida em que já não se admite a existência de uma ciência como sistema fechado, absoluto, fundamentado em qualquer demonstração definitiva.

Ganham relevo os autores que minimizam a posição de centralidade do discurso científico e da idéia de ciência como *episteme*, em nome do que fora desprezado e colocado à margem.

Vive-se, já faz algum tempo, um período de *retorno do reprimido*: uma série de experiências que componham o elenco dos saberes de senso comum, mostram-se merecedores da atenção respeitosa de pesquisadores. Capra¹¹, por exemplo, procura estabelecer liames entre a física contemporânea e o misticismo religioso, recuperando

¹⁰ MORIN, Edgar; Le MORINI, Jean-Louis. *A Investigação da Complexidade*. 2ª. Ed. São Paulo: Pinópolis, 2000.

¹¹ FRIEDH, Capra. *O Tao da Física: Um paralelo entre Física Moderna e Misticismo Oriental*. São Paulo: Cultrix, 1999. HALL, O. *Dois de Atômica: A Ciência, a Sociedade e a Cultura Energética*. São Paulo: Cultrix, 1995.

a importância heurística das narrativas míticas enquanto portadoras de um tipo de verdade científica, revelada através de experiências intuitivas.

Minimiza-se também o prestígio da Lógica Formal¹², de metodologias consagradas pela ciência moderna, na expressão geral de recusa ao cartesianismo e ao positivismo. Granger¹³ destaca a existência atitudes negativas com relação à razão, como consequência da crise da visão positivista da ciência e da sua classificação e hierarquização dos saberes.

Com o enfraquecimento da *épisteme*, antiga e moderna, aquilo que os positivistas tinham como menor, passa a recuperar valor: a dimensão religiosa e mística, a magia, o mito, os valores vitais e instintivos, os elementos inconscientes, singulares e mutáveis.

Há uma espécie de inversão dos valores intelectuais e cognoscentes, e tudo aquilo que a ontologia, a lógica e a teoria do conhecimento de inspiração epistêmica tomaram sempre como centrais é severamente questionado, resultando na abertura de novas perspectivas para um novo fazer científico.

Considerações finais

O que aqui se fez foi apenas uma provocação para se discutir o tema, tendo em vista a complexidade do assunto, a extensão da bibliografia existente e a intensidade dos confrontos teóricos.

Se for certo que ninguém mais sustenta um conceito forte de um saber epistêmico, muitos tentam salvar componentes essenciais da *épisteme*, fazendo o mínimo de concessão aos críticos mais radicais da razão clássica e moderna.

A discussão exposta, tendo em vista o espaço desse artigo, contorna diversas questões importantes. É inegável a crise da noção de *épisteme*, mas caberia perguntar: os críticos estão numa posição

¹² MORIN & Le MOIGNE, *op. cit.*, p. 45-137. Os autores evidenciam os limites dos paradigmas fundados na lógica formal, mas reconhecem a impossibilidade de proscriuir dela na organização e expressão do pensamento. A lógica precisa ser superada no sentido dialético e não simplesmente negada.

¹³ Cf. GRANGER, Gilles-Gaston. *A Razão*. Lisboa: Edições 70, s.d., p. 9-43.

confortáveis? Não estarão, eles também, em constante crise? E se estão, essa seria uma condição normal das novas propostas epistemológicas?

O título do artigo sugere exatamente a existência de uma crise conceitual, que deriva das não tão novas condições nas quais os conhecimentos têm se efetuado.

Ora, se a crise e a suspeição só se encerram quando se atinge a certeza e a segurança, ao que parece aceita-se hoje que o estado crítico não é uma situação passageira, mas antes uma condição permanente.

É como se atualmente, os interessados em investigar o sentido da ciência, de repente tivessem redescoberto que para ser realmente crítico, o saber precisa ser apenas um amor a *sabedoria* e não a *pretensão de sua posse*.

BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. *Diccionario de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ALBERT, Hans. *Trabalho de Razão Crítica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.
- ARISTÓTELES. *Retórica da Poética*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. *Concretas*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.
- BACON, Francis. *Novum Organum*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- CAPRA, frijof. *O Tio da Física: Um paralelo entre Física Moderna e a Misticismo Oriental*. São Paulo: Cultrix, 1999.
- DESCARTES, René. *Discursos do Método: Meditações*. São Paulo: Nova Cultural, 1991 (Os Pensadores).
- _____. *O Bem de Maná: A Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente*. São Paulo: Cultrix, 1995.
- GRANGER, Gilles-Gaston. *A Razão*. Lisboa: Edições 70, s.d.
- HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito*, 3ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- KONDER, Leandro. *O Futuro da Filosofia da Prática: o pensamento de Marx no Século XXI*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- MORIN, Edgar; MOIGNE, Jean-Louis Le. *A Indiferença da Complexidade*. 2ª. Ed. São Paulo: Petrópolis, 2000.
- VERNANT, Jean-Pierre. *Os Origens do Pensamento Grego*. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.